



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
CAMPUS IV- DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JAKELINE SILVA DA CRUZ

**A trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros: história e
memória**

**JACOBINA
2014**

JAKELINE SILVA DA CRUZ

**A trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros: história e
memória**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, pelo Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmélia Aparecida Silva Miranda

**JACOBINA
2014**

JAKELINE SILVA DA CRUZ

**A trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros: história e
memória**

Trabalho de Conclusão de Curso para aprovação pela Banca Examinadora para a obtenção do Grau de Licenciado em História da Universidade do Estado da Bahia, UNEB.

Jacobina, 17 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Carmélia Aparecida Silva Miranda – UNEB (Orientadora)

Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira – UNEB

Prof.^a Me. Mariza do Carmo Rodrigues – UNEB

**JACOBINA
2014**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e coragem ao longo dessa caminhada.

À minha orientadora, Prof.^aDr.^a. Carmélia Aparecida Silva Miranda, pelos conselhos acadêmicos, atenção e gentileza em compartilhar seus conhecimentos. Agradeço também pela paciência e incentivos na orientação, que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos professores que me acompanharam durante a graduação, em especial os professores Jackson André Ferreira e Mariza do Carmo Rodrigues, por terem aceitado prontamente o convite para participar da banca examinadora. Agradeço também ao professor Fabio Nunes de Jesus, pelas caronas a comunidade de Coqueiros.

A todo o corpo docente do Campus IV, como também ao CNPq pela concessão da bolsa de Iniciação Científica, o que tornou possível o desenvolvimento dessa pesquisa.

A minha mãe Oítula pelo carinho, incentivo e compreensão durante minhas ausências nas tarefas domésticas.

Aos moradores de Coqueiros pela acolhida, sempre solícitos em fornecer informações preciosas acerca da trajetória da comunidade.

Por fim, agradeço também aos companheiros de graduação: Deisileisle, Luciette, Júlio Cesar, Silvia, Lucas Pinho, Sírío e Paulo Davi, pelo carinho e apoio nos momentos difíceis e pelas farras proporcionadas ao longo do curso.

RESUMO

Esta pesquisa faz parte do trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus IV. A referida pesquisa tem como objetivo apresentar a trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros entre 1980 a 2006. Tomando como eixo condutor a Carta Magna de 1988, com intuito de analisar o processo de reconhecimento, assim como o cotidiano e as relações de trabalho desenvolvidas na comunidade de Coqueiros. Esse estudo foi possível através da análise de fontes escritas, a exemplo, de um documento de terra datado de 1926, carta escrita a punho pelos moradores, pela Carta de Certificação obtida em 2006 através da Fundação Cultural Palmares, que marca o momento do reconhecimento da comunidade enquanto sendo remanescente de quilombo. Além, das narrativas dos moradores e visitas de campo que realizamos ao longo do período da pesquisa. Dessa forma, a pesquisa nos fez identificar e compreender como as narrativas orais são importantes na construção da identidade cultural de um povo.

Palavras-chave: comunidade quilombola; Identidade e memória.

ABSTRACT

This research is part of the completion of course work at the University the State of Bahia – UNEB - Campus IV. The said research aims to present the history of the maroon community of Coqueiros between 1980 to 2006. Taking as a driving force to the Magna Carta of 1988, with order to analyze the recognition process as well as the daily and labor relations developed in community of Coqueiros. That study was made possible through analysis written sources, such as from a land document dated 1926, letter to handle the dwellers, Certification by the Charter obtained in 2006 through the Cultural Foundation Palmares, which marks the time of community recognition as being the remnant maroon community. In addition, the orality of dwellers and visitors field that performed during the search period. Thus, research made us identify and understand how oral narratives are important in the construction of cultural identity of a people.

Keywords: Maroon community; Identity and memory.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Mapa do município de Mirangaba no território de Identidade Piemonte da Diamantina.

IMAGEM 2 - Tabela com as comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, pertencentes ao município de Mirangaba.

IMAGEM 3 - Mapa com a localização das comunidades vizinhas a Coqueiros.

IMAGEM 4 - Fotografia da construção do posto de saúde (PSF) de Coqueiros.

IMAGEM 5 - Fotografia de jegue com os vasos de carregar água.

IMAGEM 6 - Fotografia da casa mais antiga de Coqueiros.

IMAGEM 7- Fotografia dos trabalhadores retornando para casa depois de um dia na labuta da roça.

IMAGEM 8 - Croqui com a divisão espacial de Coqueiros.

IMAGEM 9 - Fotografia da Lagoa de Coqueiros.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Capítulo I	19
A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COQUEIROS: HISTÓRIA E MEMÓRIA	
1.1 No trilho da memória.....	22
1.2 O conceito de quilombo.....	27
1.3 Construção da identidade quilombola: negação, silenciamento e memória.....	30
Capítulo II	37
A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COQUEIROS: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NO PÓS-RECONHECIMENTO.	
2.1 A Carta Magna de 1988 e o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas.....	37
2.2 A comunidade de Coqueiros no pós-reconhecimento	41
2.3 As vivências cotidianas, labuta na roça, o compadrio e as relações de trabalho desenvolvidas na comunidade de Coqueiros.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
FONTES	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

O processo de reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil faz parte de uma política de reparação desenvolvida pela Fundação Cultural Palmares¹, que teve como objetivo minimizar as desigualdades sociais e raciais, resultantes ao longo do processo histórico de discriminação, exclusão étnica e cultural, sofrida pela população negra em nosso país. É notável que a partir da década de 90, várias comunidades negras rurais buscaram reconhecimento como remanescente de quilombo. Nessa ótica entra em pauta a questão da legalização das terras ocupadas por esses povos secularmente, uma vez que para os quilombolas de ontem e de hoje, terra é sinônimo de liberdade, autonomia, garantia de subsistência e da transmissão das suas tradições culturais, haja vista a possibilidade desses povos poderem almejar um futuro mais justo e progressivo.

É partindo desse contexto que surgiu o interesse por estudar a trajetória da comunidade de Coqueiros entre o período de 1980 e 2006. A década de 80 por marcar o início das mobilizações acerca do reconhecimento de terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo. Já o ano de 2006, justifica-se por ter sido o período que a comunidade de Coqueiros recebeu sua certidão enquanto comunidade quilombola². Coqueiros faz parte do perímetro quilombola, formado por 10 comunidades que possuem características de comunidades remanescentes de escravos. De acordo com relato de alguns moradores a comunidade de Coqueiros surgiu no final do século XVIII através da chegada de um grupo de ex-escravos que estavam em busca de refúgio.

A comunidade é formada por aproximadamente trezentas famílias que sobrevivem da agricultura de subsistência, cultivam produtos como: alho, mandioca, milho, feijão, café, banana, jaca, laranja entre outros. Nela foi possível encontrar alguns terreiros de Candomblé, uma Igreja Católica, uma Igreja Evangélica, uma associação dos pequenos produtores, um campo de futebol próximo de um bar, um prédio em que funciona o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) uma escola destinada às séries iniciais do Ensino Fundamental e um mercado, conhecido

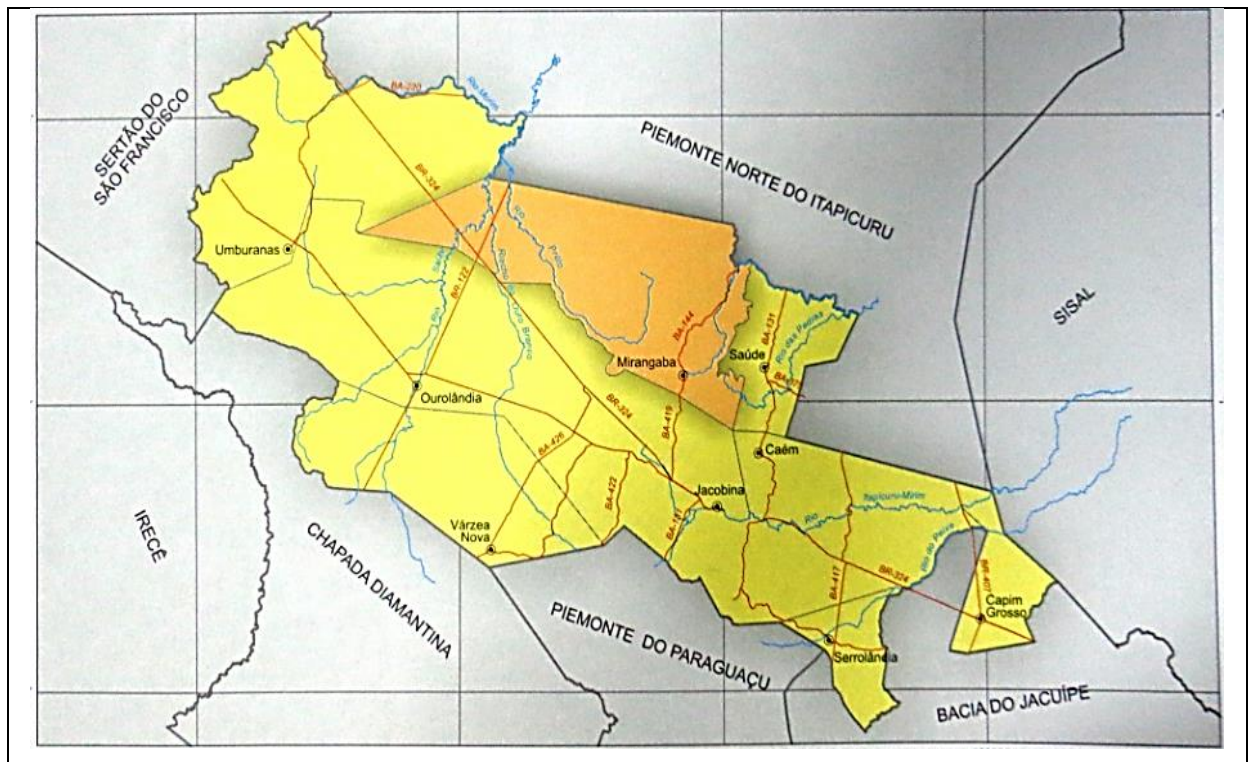
¹Órgão pertencente ao Ministério da Cultura.

² Para que o reconhecimento desta comunidade fosse possível foi encomendado pela Fundação Cultural Palmares uma carta, em que constava o relato dos moradores acerca da história da comunidade e das manifestações culturais.

na região, como “venda”. A comunidade possui energia elétrica desde 2007 e dois telefones públicos. Não existe saneamento básico, rede de esgoto e água encanada. Poucas casas dispõem de banheiro. Ao ser descrita dessa forma, parece ser uma comunidade como outra qualquer, contudo ela tem um fator diferencial, a comunidade é constituída por famílias negras, que tem uma história de ancestralidade africana, ligada a escravidão.

A comunidade negra rural de Coqueiros está localizada a 7 km da sede municipal de Mirangaba, pertence a microrregião de Jacobina. E distante 317 km da capital baiana – Salvador.

IMAGEM 1. Mapa do Território de Identidade Piemonte da Diamantina



Fonte: Elaborado pela Coordenação Estadual dos Territórios, 2007. SEI. 2010.³

Como observamos no mapa acima, o território de Mirangaba limita-se ao leste com o município de Saúde, ao sul Caém e Jacobina, ao oeste com Ourolândia e Umburanas e ao norte. Ainda faz divisa com os municípios de Campo Formoso e Antônio Gonçalves. Faz parte do semi-árido baiano e possui grande parte de sua

³Estatísticas dos municípios baianos. Território de Identidade Piemonte da Diamantina. Vol 21. SEI.

área dentro da bacia do Rio Salitre, embora a sua sede esteja dentro da bacia do Rio Itapicuru, mais especificamente na região denominada de Alto Itapicuru.

Coqueiros está situada em unidades de relevo acidentado, composto por um vale de montanhas e serras que favoreceu o isolamento e refúgio desses prováveis ex-escravos. Assim, segundo os depoimentos colhidos, consta que esse grupo de ex-escravos encontraram terra fértil e coco babaçu abundante, de onde tiraram o sustento imediato. Assim, das palhas utilizaram para a construção das casas e o nome da comunidade surgiu a partir da grande quantidade de coco que tem naquele território, por isso Coqueiros.

Cabe ressaltar que o ponto marcante da comunidade, inclusive na atualidade, é a Festa dos Santos Reis, comemorada no dia seis de janeiro, muitas pessoas da região vão prestigiar o evento, que segundo os moradores a cada ano vem ganhando destaque nas comemorações culturais do município de Mirangaba. Contudo, a comunidade também pratica outras manifestações culturais como: o reisado e o samba, em que este último é a manifestação mais representativa da tradição do povoado, ele é dançado por pessoas de todas as idades. Dessa maneira, o lugar social do qual a pesquisa se apropria é a comunidade de Coqueiros, Michel de Certeau⁴ enfatiza que “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural”. Complementar e discutir o pensamento de Certeau.

Nessa perspectiva, a partir dos estudos historiográficos sobre os quilombos e o desencadeamento do processo de organização das comunidades negras que contribuíram para aprovação do artigo 68 da Constituição de 1988, que determinava o reconhecimento de terras ocupadas por remanescentes quilombolas. Segundo essa legislação a conceituação de quilombo abriu perspectiva para que os historiadores discutissem e apresentassem argumentações acerca da aplicação da atual norma constitucional. Haja vista, esse conhecimento, muitas comunidades negras rurais, pautadas pela lei, buscaram e ainda buscam o reconhecimento legal de suas terras.

⁴CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982. p. 65.

O meu interesse em desenvolver esta pesquisa, acerca da trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros, surgiu a partir da participação do Projeto de Pesquisa, intitulado "Trajetória da População Afro-brasileira da Microrregião de Jacobina", coordenado pela Professora Carmélia Aparecida Silva Miranda, através de uma bolsa de Iniciação Científica, financiada pelo PIBIC - CNPq⁵2012-2013 a partir do subprojeto Cultura e Tradição: Trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros – Mirangaba – Ba.

Assim, a referida temática tem dado uma grande contribuição para a História Social, uma vez que há poucos estudos desenvolvidos sobre o tema na região de Jacobina. Além de servir como subsídio para os professores do Ensino Fundamental e Médio das escolas situadas na Microrregião de Jacobina, quando forem trabalhar com o conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira, já que segundo a Lei 10.639/2003 art. 26-A, observa-se que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. [...]⁶

Dessa forma, servirá também de consulta para os alunos residentes na comunidade de Coqueiros quando necessitarem pesquisar sobre a trajetória de seu povo, pois disponibilizarei uma cópia dessa investigação para os moradores de Coqueiros.

A presente pesquisa tem possibilitado pensar sobre as seguintes questões: o que levou os primeiros habitantes a se instalarem na região de Coqueiros? Quais são as relações desenvolvidas na comunidade? De que forma as manifestações populares, desenvolvidas em Coqueiros, contribuíram para a reafirmação da identidade quilombola? Assim, desenvolvemos uma pesquisa baseada na História Social, levando em conta a voz dos moradores da comunidade de Coqueiros. E tem

⁵Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

⁶Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em 18 nov 2009.

como objetivo principal analisar a trajetória da comunidade antes e após o seu reconhecimento, enquanto comunidade remanescente de quilombo.

Nessa perspectiva, nos últimos anos, as comunidades negras rurais vêm ganhando destaque no cenário historiográfico. Tudo isso ocorre devido à Nova História fundada a partir da 3ª geração da Escola dos *Annales*, que passou a perceber a atividade humana como detentora de historicidade. Desse modo, são inúmeros os pesquisadores que estão desenvolvendo estudos voltados para esta temática, dialogando com diferentes possibilidades.

Assim, o diálogo com alguns teóricos foi bastante fecundo, o que possibilitou delinear alguns caminhos, entre quais podemos citar João José Reis⁷ o qual organizou a obra *Liberdade por um fio* juntamente com Flávio dos Santos Gomes, uma série de artigos que contempla com pertinência o tema produzido por diversos historiadores sobre os quilombos históricos. Na referida coletânea de artigos, Reis publica o artigo intitulado *Escravos e Coiteiros no quilombo do oitizeiro Bahia, 1806* que aborda sobre a formação de quilombos:

A formação de quilombos é um aspecto da escravidão pouco estudado no Brasil. Menos ainda é a relação entre quilombos e a sociedade que os cercava. Os fugidos eram poucos, se estabeleciam próximos a povoações, fazendas, engenhos, lavras, às vezes nas imediações de importantes centros urbanos, e mantinham relações ora conflituosas, ora amistosas, com diferentes membros da sociedade envolvente.⁸

Kabengele Munanga⁹ ressalta que para compreender o sentido da formação dos quilombos no Brasil é necessário conhecer a história das regiões africanas dominadas pelo povo banto, haja vista que:

[...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados, para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não povoados,

⁷É Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de História do Brasil Império e história atlântica, pesquisando, entre outros, os seguintes temas: história social e cultural da África, da escravidão e do tráfico, resistência escrava, movimentos sociais, atitudes diante da morte.

⁸REIS, João José. “**Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806**”. In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (Org) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. p.332.

⁹ É professor do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP.

geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos) prefigurando um modelo de democracia plurirracial [...]¹⁰

Nesse sentido Munanga defende, que o termo quilombo é originário dos povos de língua banto que, assim como os “grupos *lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangá*”¹¹ entre outros. Assim Reis aponta:

[...] o próprio termo *quilombo* derivaria de *Kilombo*, uma sociedade iniciática de jovens guerreiros *mbundu* adotada pelos invasores *jaga* (ou *imbangala*), estes formados por gente de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades. Esta instituição teria sido reinventada, embora não inteiramente reproduzida, pelos palmarinos para enfrentar um problema semelhante, de perda de raízes, deste lado do Atlântico. Teria sido de fato depois de palmares que o termo *quilombo* se consagrou como definição de redito de escravos fugido. [...]¹²

Dessa forma temos a origem do termo quilombo. Seguindo esse mesmo conceito e abordando uma perspectiva mais atual acerca dos quilombos contemporâneos apontamos Glória Moura,¹³ que apresenta o quilombo “como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos” ou seja, são comunidades que mantêm e valorizam as tradições de seus antepassados.

Nesse contexto temos o estudo da historiadora, Carmélia Aparecida Silva Miranda¹⁴ sobre a comunidade quilombola de Tijuáçu em Senhor do Bonfim, que narra as experiências históricas dos habitantes da comunidade enfatizando a trajetória de Mariinha Rodrigues, uma ex-escrava que conseguiu prosperar e ser proprietária das terras de Tijuáçu. E para intensificar a discussão Valdério Santos Silva¹⁵ apresenta a comunidade quilombola Rio das Rãs, destacando o conflito interno entre os remanescentes pela posse da terra da comunidade nos processos

¹⁰MUNANGA, Kabengele. **Origem e Histórico do quilombo na África**. In: *Revista USP*. São Paulo (28): 56-63. Dezembro/Febrero 95/96. p. 63.

¹¹MUNANGA, op., cit., p. 58.

¹²REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. In: *Revista USP*, São Paulo (28): 14-39, Dezembro/Febrero 95/96 p. 16.

¹³MOURA, Glória. **“Os Quilombos Contemporâneos e a Educação”** In: *Revista Humanidades*, n. 47, novembro de 1999. Brasília: Editora UNB, 1999.

¹⁴MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Vestígios Recuperados: Experiências da comunidade negra rural de Tijuáçu – BA**. São Paulo: Annablume, 2009.

¹⁵Pesquisador do Centro de Estudos das populações Afro-Indo-Americanas e professor de Sociologia do Núcleo de Ensino Superior de Bom Jesus da Lapa, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

administrativos movidos na Comarca de Bom Jesus da Lapa, município onde é localizada a comunidade.

Partindo para a questão da identidade, temos Stuart Hall¹⁶ que apresenta o conceito de identidade partindo de três concepções de sujeito: primeiro o sujeito iluminista, aquele centrado e “dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”; segundo o indivíduo sociológico, que não possui capacidades autossuficientes para constituir relação com os outros, ou seja, ele sempre depende da mediação e transmissão dos valores e sentimentos (cultura) externos; e por último o sujeito pós-moderno, aquele caracterizados por ser o fragmentado que “assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”.¹⁷ Assim, percebemos que o sujeito pós-moderno se constitui através de identidades contraditórias que estão em um constante processo de identificação com posições culturais de classe, gênero, raça, religião, ou seja, é uma relação de troca cultural com outros sujeitos sociais.

Ao abordar as manifestações culturais de Coqueiros iremos dialogar com o conceito de cultura, apresentado por Raymond Williams:

[...] no uso mais geral, houve grande desenvolvimento do sentido de “cultura” como cultivo ativo da mente. Podemos distinguir um gama de significados desde (i) *um estado mental desenvolvido* – como em “pessoa de cultura”, “pessoa culta”, passando por (ii) *os processos desse desenvolvimento* – como “interesses culturais”, “atividades culturais”, até (iii) *os meios desses processos* – como em cultura considerada como “as artes” e o “trabalho intelectual do homem”. Em nossa época, (iii) é o sentido geral mais comum, embora todos eles sejam usuais. Ele coexiste, muitas vezes desconfortavelmente, com o uso antropológico e o amplo uso sociológico para indicar “modo de vida global” de determinado povo ou de algum outro grupo social.¹⁸

Assim, nota-se que o conceito provoca algumas convergências e Williams “encara a cultura como o *sistema de significações* mediante o qual necessariamente

¹⁶HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 11ª. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.

¹⁷HALL, op., cit., p. 13.

¹⁸WILLIAMS, Raymond. **Cultura: 1921-1988**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.p. 11.

(se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada”.¹⁹

Por ter sido uma pesquisa pautada na história oral foi necessário atentar a questão da subjetividade, uma vez que a fonte oral está inserida, visto que os depoentes podem elencar o que de fato lhes interessa a ser transmitido. Neste ponto, cabe ao pesquisador ser perspicaz quanto às possíveis lacunas, a fim de empreender as devidas críticas à fonte oral.

Nesse sentido, as pesquisas desenvolvidas a partir do uso da fonte oral vem possibilitar o estudo de temas que até então foram deixados à margem dos estudos desenvolvidos pela história hegemônica, que privilegiava os documentos ditos oficiais. Com o advento da nova historiografia difundida pela escola dos *Annales*, a história oral foi difundida e serviu para subsidiar temas pouco pesquisados. Dessa forma, pretende-se com essa pesquisa retratar uma história vista de baixo, conhecer a trajetória dessa população, que por muito tempo permaneceu nos bastidores da História. Segundo François:

[...] A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetivos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciados e aos excluídos de história (mulheres, proletariados, marginais, etc.), a história do cotidiano e da vida privada [...] em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo”.²⁰

Além do que a História oral é um método de pesquisa e de constituição de fonte para o estudo da história contemporânea. Esta, por sua vez, é constituída através da realização de entrevistas gravadas com pessoas que participaram ou testemunharam fatos do passado e do presente. No entanto, esta prática de ouvir relatos individuais ou de determinados grupos na busca por uma melhor compreensão dos acontecimentos é uma estratégia utilizada há muito tempo. Marieta de Moraes Ferreira²¹ destaca que a primeira coleta de depoimento com o uso

¹⁹WILLIAMS, op., cit., p. 13.

²⁰FRANÇOIS, Etienne. **A fecundidade da história oral**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes, coordenadoras. *Usos & Abusos da História Oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 4.

²¹FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro, p. 314-332. 2002.p. 322.

do gravador aconteceu na década de 1940, nos Estados Unidos. Porém, foi a partir dos anos 60, prolongando-se nas décadas seguintes que a história oral ganhou destaque.

Dessa forma, a história oral foi se desenvolvendo sobre a temática de valorizar e dá voz aos subalternos da história, como também se consolidando no meio acadêmico, sendo usada para suprir as lacunas que os documentos oficiais revelavam. Alessandro Portelli²² compara a história oral com uma colcha de retalhos que necessita primeiro ser analisada para só depois o historiador pode ter um parecer sobre determinado tema.

Portelli também defende e apresenta o conceito de “memória dividida”,²³ discutindo a memória coletiva como uma memória criada e preservada carregada de ideologias e culturalmente mediada. Assim, a memória do indivíduo depende das relações que ele desenvolve com o meio social em que vive, pois ela atua como um instrumento de socialização interferindo nas ações do presente e possibilitando o contato com o passado.

O historiador Jacques Le Goff discute sobre o conceito de memória como sendo individual e coletiva, e que com o auxílio de psicólogos e psicanalistas passou-se a estudar a memória de maneira mais teórica e não somente empírica. Com isso foi possível perceber que os sentimentos humanos poderiam interferir na memória individual de forma consciente ou não. E em relação à memória coletiva, analisaram que os grupos com o objetivo de exercer o poder poderiam manipular determinados fatos históricos. Reafirmando o que foi exposto:

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, que a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais de poder. Tornaram-se

²²PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral.** Projeto História, São Paulo, n. 15, 1997. P. 13-47.

²³_____. **O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum.** In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Moraes coordenadoras. In: *Usos & Abusos da História Oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.²⁴

Nessa perspectiva, a memória tem a capacidade de conservar certas informações, levando em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, possibilitando o homem atualizar impressões ou informações passadas, ou que são representadas como passado.

Dessa forma, realizar um resgate histórico na comunidade de Coqueiros é antes de tudo percorrer acerca das manifestações culturais e dos “retalhos” da memória presentes nas vivências socioculturais de um viver rural, com objetivo de reconstruir as possíveis narrativas de um povo com muitas histórias a serem reveladas.

A pesquisa tratou-se de um estudo qualitativo, observacional e descritivo, que se propôs a coleta de dados através de investigação de campo, da oralidade e da análise de documentos. Buscou-se compor o corpus documental através de entrevistas orais, títulos de terra a exemplo de uma escritura de terra datada de 1926, Certidão de Autorreconhecimento, enquanto comunidade remanescente de quilombo.

Na primeira etapa do projeto, realizamos leituras e fizemos algumas visitas à comunidade. Na segunda parte, continuamos com as visitas e entrevistas, fizemos um levantamento sobre a formação da comunidade, ressaltando uma versão através da oralidade e outra pela apreciação do documento de terra. Salientamos os problemas de infraestrutura e saúde enfrentado atualmente pela comunidade, também analisamos os traços culturais marcantes que comprova a identidade quilombola dos moradores de Coqueiros.

As narrativas orais foram coletadas através de entrevistas previamente agendadas. A escolha dos entrevistados, no início seguiu o critério da idade, posteriormente selecionamos pessoas envolvidas nas principais manifestações culturais e religiosas da comunidade. Foram entrevistadas 7 pessoas com idade

²⁴LE GOFF, Jacques, **1924, História e memória**, tradução Bernardo Leitão, Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990., 1. Historiografia. I. Título. p. 368.

entre 29 a 86 anos. A cada entrevista, elaborávamos um roteiro de trabalho que nos guiava ao longo dos questionamentos. Assim, no intuito de registrar a imagem e o áudio, utilizávamos câmera digital e gravador. Todos os entrevistados são moradores que nasceram e foram criados na comunidade de Coqueiros, nessa pesquisa ouvimos as histórias narradas por seu Antônio Joaquim dos Reis, lavrador aposentado, 86 anos, semianalfabeto, depois que seu pai morreu foi trabalhar no Pará e em seguida São Paulo, como carpinteiro na construção civil, entretanto após o Plano Collor, a empresa da qual ele era empregado, faliu e teve que retornar para a comunidade. Seu Jardelino Pedro dos Santos, 74 anos, lavrador aposentado. Dona Maria da Conceição 74 anos, também conhecida por dona Cota, viúva, teve quatorze filhos, lavradora aposentada. Dona Maria do Socorro dos Santos, casada, 29 anos, possui três filhos, lavradora e dona de casa. Oliveira Francisco dos Santos 37 anos, casado tem dois filhos, é vereador, pelo segundo mandato, e é o fiel representante da comunidade na Câmara Municipal de Mirangaba. O agente de saúde, Daniel Santana Bento. Dona Maria Helena Patrícia dos Santos, 53 anos, lavradora e mãe de santo da comunidade de Coqueiros.

O texto monográfico está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado - *A comunidade quilombola de Coqueiros: história e memória, apresenta a historicidade da comunidade, refletindo sobre as experiências históricas e desenvolvendo uma abordagem da dinâmica na ocupação do território ao longo dos anos. Além de enfatizar o processo de construção da identidade quilombola de Coqueiros.*

No segundo capítulo, intitulado *A comunidade quilombola de Coqueiros: permanências e mudanças no pós-reconhecimento*, foram analisadas questões acerca da Carta Magna e o processo de reconhecimento da comunidade quilombola, bem como os problemas enfrentados pela comunidade de Coqueiros antes e pós-reconhecimento. Ressaltando também, o cotidiano da comunidade, a labuta na roça e as relações de trabalho desenvolvidas no perímetro quilombola.

E por fim, as considerações finais onde apresentamos um breve apanhado das principais questões pontuadas e sinalizaremos as possíveis contribuições dessa pesquisa monográfica para a História.

Capítulo I

A comunidade quilombola de Coqueiros: história e memória

Neste primeiro capítulo, discutiremos sobre a história da comunidade quilombola de Coqueiros, tendo como fonte principal as narrativas orais sobre a trajetória do povoado. Buscaremos trazer para a nossa reflexão aspectos e experiências históricas que dão visibilidade as especificidades da história local, tentando entender a dinâmica da formação histórica e socioeconômica, para isso, buscaremos entender como se deu o processo de ocupação do território.

Durante a pesquisa de campo constatamos que a comunidade quilombola de Coqueiros faz parte de um aglomerado composto por 10 comunidades, que possuem características de agrupamentos de ex-escravizados. Na tabela abaixo observamos as comunidades e o ano do seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares.

Estado	Município	Código do IBGE	Comunidade	Data de Publicação
BA	Mirangaba	2921401	Coqueiros	07/06/2006
BA	Mirangaba	2921401	Jatobá	28/07/2006
BA	Mirangaba	2921401	Palmeira	28/07/2006
BA	Mirangaba	2921401	Santa Cruz do Coqueiro	28/07/2006
BA	Mirangaba	2921401	Solidade	28/07/2006
BA	Mirangaba	2921401	Lagedo	19/11/2009
BA	Mirangaba	2921401	Dionísia e OlhosD'agua	11/05/2011
BA	Mirangaba	2921401	Nuguaçu	01/12/2011
BA	Mirangaba	2921401	Porto Alegre	25/10/2013

IMAGEM 2. Tabela das comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares,²⁵ pertencentes ao município de Mirangaba.

Analisando a tabela, observamos que a comunidade quilombola de Coqueiros foi a primeira comunidade a ser reconhecida pela Fundação Cultural

²⁵Disponível em <[Http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA#](http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA#)>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

Palmares²⁶. É formada por aproximadamente trezentas famílias que vivem da agricultura de subsistência, cultivando produtos, tais como: alho, mandioca, milho, feijão, café, banana, jaca, laranja entre outros e a criação de animais. Assim, A terra é fértil o que facilita o desenvolvimento da agricultura.

Durante visitas a comunidade foi possível encontrar alguns terreiros de Candomblé, uma Igreja Católica e outra Evangélica, uma associação dos pequenos produtores, um campo de futebol próximo de um bar, um prédio que funciona o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), uma escola destinada às séries iniciais do Ensino Fundamental e uma pequena casa de comércio, comumente chamada na região de “venda”, a comunidade possui energia elétrica desde 2007 e dois telefones públicos.

A origem da comunidade quilombola de Coqueiros está relacionada à estrutura social e econômica que emergiu a partir da colonização do sertão baiano. A interiorização e o povoamento do interior da Bahia foi um trabalho relevante e marcado pelo pioneirismo dos bandeirantes, iniciado por volta de 1532, as bandeiras formadas por 100 a 200 homens partiam do litoral para o interior adentro, com objetivo de explorar as riquezas, criar vilas e marca território contra as populações indígenas.

É nesse contexto que a região “das Jacobinas”²⁷ passa a ser povoada, como afirma Miranda²⁸, que “Com a descoberta do ouro em Jacobina no início do século XVIII, há um fluxo migratório bastante significativo. Várias pessoas passaram a viver na região, atraídas pela descoberta de ouro.[...]”. Verificamos nesse trecho que a atividade mineradora impulsionou o crescimento populacional das Jacobinas. Esse contingente de pessoas que migravam para região eram indivíduos que passaram por algumas dificuldades no litoral, que por falta de trabalho e de alimentos, fugiam para o interior com esperança de obter riquezas através da extração do ouro. A penetração do homem no sertão da Bahia também se deu por conta da criação de

²⁶A Fundação Cultural Palmares é uma entidade vinculada ao Ministério da Cultura. Foi criada em 22 de agosto de 1988. Fundada para promover a promoção e preservação da arte e cultura afro-brasileira.

²⁷Termo utilizado para indicar que a região de Jacobina era composto por um extenso território, pois não existia apenas uma Jacobina, mas, várias.

²⁸MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva, **A Vila de Santo Antônio de Jacobina no século XVIII: vivências e controle do poder**. Texto inédito. 2014.

gado e do incentivo a expansão da agricultura, principalmente a lavoura de cana-de-açúcar.

A região compreendida por Jacobina era todo território que não fazia parte da comarca da Bahia e Sergipe. Segundo Raphael Rodrigues Vieira Filho, “Jacobina foi, no século XVIII, um dos maiores municípios da província”.²⁹ As terras da referida região até o ano de 1682, possuía em torno de mais de trezentas léguas quadradas, tinha como sede regional a Vila da Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy, em terras do atual município de Sr. Do Bonfim. Após 1682 foi fundada a Freguesia Velha de Santo Antônio de Jacobina. Atualmente, compreendida onde é a cidade de Campo Formoso. Com o passar dos anos e devido ao grande fluxo de pessoas que chegavam para trabalhar na extração de ouro e a distância entre a sede do juizado, em 1722, foi realizada a transferência da sede da vila para o povoado fundado pela Missão do Bom Jesus da Glória³⁰, hoje a cidade de Jacobina.

Durval Vieira de Aguiar³¹, no livro a “Província da Bahia”, aponta que “Tendo a vila florescido muito com a mineração do ouro foi elevada a cidade por Lei nº 2.049, de 28 de julho de 1880.” Ao se tornar cidade Jacobina ainda administrava vários arraiais, entre eles o então Arraial de Nossa Senhora da Saúde. Segundo o memorialista Raimundo Moraes Pereira³²:

No dia 6 de junho de 1924, o Sr. Governador J.J. Seabra assinou a lei número 1024, elevando o Arraial à categoria de vila da Saúde. Na mesma lei, criou o município com a denominação de Saúde, em território desmembrado do município de Jacobina. O município era composto por dois distritos, Saúde e Riachuelo.

Diante dessa citação, constatamos o desmembramento do município de Saúde que possui apenas dois distritos: Saúde e Riachuelo³³. O último em questão,

²⁹VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009, p.48.

³⁰ Missão realizada pelos padres franciscanos com objetivo de colonizar os sertões da Bahia.

³¹AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia**. 1. Ed. Salvador: Editora Catedra – mec, 1888.p. 121.

³²PEREIRA, Raimundo Moraes. **Memória na Varanda: origens, histórias e estórias do município de Saúde**. 1. Ed. Saúde-Ba, 2004. p. 48.

³³Nome inspirado na Batalha Naval de Riachuelo, devido as constantes brigas existentes na região, pela posse de terra e posições políticas, fazia lembrar o fato histórico. No entanto existe outra explicação para o nome Riachuelo, refere-se à existência de um riacho que cortava o centro do então distrito.

com o passar dos anos vem a ser a cidade de Mirangaba³⁴, local onde o povoado de Coqueiros está localizado.

1.1 Na trilha da memória

A história da comunidade quilombola de Coqueiros se assemelha com inúmeras comunidades negras de nosso país, que por muito tempo ficaram ignoradas pela historiografia sobre escravidão. Os moradores de Coqueiros são sujeitos históricos que por conta das privações que foram submetidos, silenciaram sua história. Porém, tal episódio passou a ser modificado a partir do momento em que a comunidade ingressou no processo de reconhecimento, enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo. Assim, as narrativas sobre a história de Coqueiros foram ressurgindo através da oralidade de seus moradores. E nesse sentido Alessandro Portelli³⁵ afirma que:

[...] Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas [...].³⁶

Dessa forma, segundo o relato de Oliveira Francisco dos Santos e Maria do Socorro dos Santos³⁷, a comunidade foi fundada no final do século XIX, pelo senhor Norberto dos Santos (viúvo) que teria vindo fugido juntamente com suas três filhas (Mariana, Liana e Felícia) e um grupo de pessoas, que antes de se fixarem em Coqueiros teriam passado por Monte Santo e São Tomé, esta última, comunidade, também foi reconhecida pela FCP, como remanescente de quilombo e pertence ao

³⁴Em 31 de dezembro de 1943, o distrito foi desmembrado do município de Saúde pelo Decreto Lei nº 141 e recebeu o então nome de Mirangaba. Porém, a sua emancipação política aconteceu em 24 de novembro de 1961, através da Lei Estadual nº 1559 de 24/ 11/1961. Constituído dos distritos de Taquarendi, Nuguacu e Canabrava e seus povoados: Almeida, Angico, Barra, Barroão Novo, Boca do Mato, Campo Grande, Coqueiro, Cravada, Dionísia, Jatobá, Junco, Lagoa de Canabrava, Lagoa do peixe, Mangabeira, Marruás, Paranazinho, Pedra Vermelha, Porto Alegre, Queimada Grande, Riacho, Sambaíba, Santa Cruz, Sussuarana, Trincheira, Umbiguda, Vereda e Volta da Serra.

³⁵ É professor de literatura norteamericana na Universitàdi Roma “La Sapienza”. Um dos autores mais importantes do panorama internacional da história oral.

³⁶PORTELLI, Alessandro. O que faz a história Oral diferente. Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997. p. 31.

³⁷Moradores da comunidade quilombola de Coqueiros. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2012 pela autora.

município de Campo Formoso. Após Norberto e suas filhas passarem por esses dois lugares, buscaram refúgio em Coqueiros.

A fala desses depoentes mostra um acontecimento frequente que perdurou doravante o período escravista até o pós-abolição, as fugas de escravizados. Estas funcionavam como uma forma de resistência ao sistema de dominação comandado pelos senhores. Walter Fraga Filho aponta que “Não faltaram histórias de infelizes escravos que foram metidos em fornalhas ardentes, atirados em tachos de mel fervente, enterrados vivos, mortos no tronco ou no chicote.”³⁸ Ou seja, aqueles escravos que não aceitavam as ordens dos seus senhores eram tratados como “animais”. Por conseguinte, a fuga nada mais era que uma busca constante pela liberdade.

Em conformidade com as ideias apresentadas acerca do objetivo das fugas, Reis e Silva³⁹ ressaltam que:

[...] Fugir para a liberdade, em primeiro lugar, nunca foi tarefa fácil. A escravidão, como sabemos, não terminava nas porteiras de nenhuma fazenda em particular, mas fazia parte da lei geral da propriedade e, em termos amplos, da ordem socialmente aceita. [...] o grande obstáculo às fugas era a própria sociedade escravista, sua forma de ser e de estar, sua percepção da realidade, seus valores, o que chamamos de *paradigmas ideológicos colonial*. O fenômeno pode ser verificado, de forma implícita, quando examinamos a verdadeira multidão de escravos soltos, sem qualquer vigilância, pelas ruas das cidades e de forma explícita, na sutilíssima percepção dos trabalhadores rurais, através de seus cantos. Aqui, sob tal paradigma ideológico, a sociedade se identifica enquanto ‘gaiola’, tornando supérfluo o uso de correntes ao pé de cada passarinho[...]

Assim, desde o início da colonização e sobre a vigência do paradigma colonial, as motivações na ocorrência das fugas era a recusa em aceitar a dominação senhorial. Em decorrência dos estudos realizados na microrregião de Jacobina, Raphael Rodrigues Vieira Filho aponta que:

A documentação dos juízes municipais de Jacobina, até meados do século XIX, apresenta vários casos de escravizados tentando a fuga como um caminho possível de conquistar a sonhada liberdade, e a

³⁸FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 - 1910)**. Campina, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 63.

³⁹SILVA, Eduardo; REIS, João José; **NEGOCIAÇÃO E CONFLITO: a Resistência Negra no Brasil Escravista**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 67.

região de Jacobina parece ser de grande atração para conseguir este intento.⁴⁰

Desse modo, constatamos que o grupo narrado pelos depoentes Maria do Socorro e Oliveira Francisco dos Santos tenham realmente vindo buscar refúgio nas terras de Coqueiros. Vieira Filho também aponta que existiram vários quilombos na região de Jacobina:

Existia na região, [...], as comunidades de Coqueiros, no município de Mirangaba; Itapura, mais conhecida como Mocambo dos Negros, no município de Miguel Calmon; e Tijuaçu, no município de Senhor do Bonfim, todas elas instaladas no alto das serras, mesmo ainda hoje o acesso a algumas delas é difícil, [...].⁴¹

A Comunidade de Coqueiros está situada numa região de relevo acidentado, composta por um vale de montanhas e serras, tal geografia favoreceu o isolamento e conseqüentemente o refúgio dessas pessoas. Dessa forma Vieira Filho afirma, “As serras sempre foram ótimos lugares para esconderijos de escravizados procurando a almejada liberdade, [...]”.⁴² Assim, através dos relatos, consta, que o grupo liderado pelo senhor Norberto encontrou terras férteis e o coco babaçu, nas serras de Coqueiros, de onde tiraram o sustento imediato, das palhas dessa planta utilizaram para fazer a cobertura das moradias, com o passar dos anos descobriram que era possível cobrir as paredes com barro e taipa.

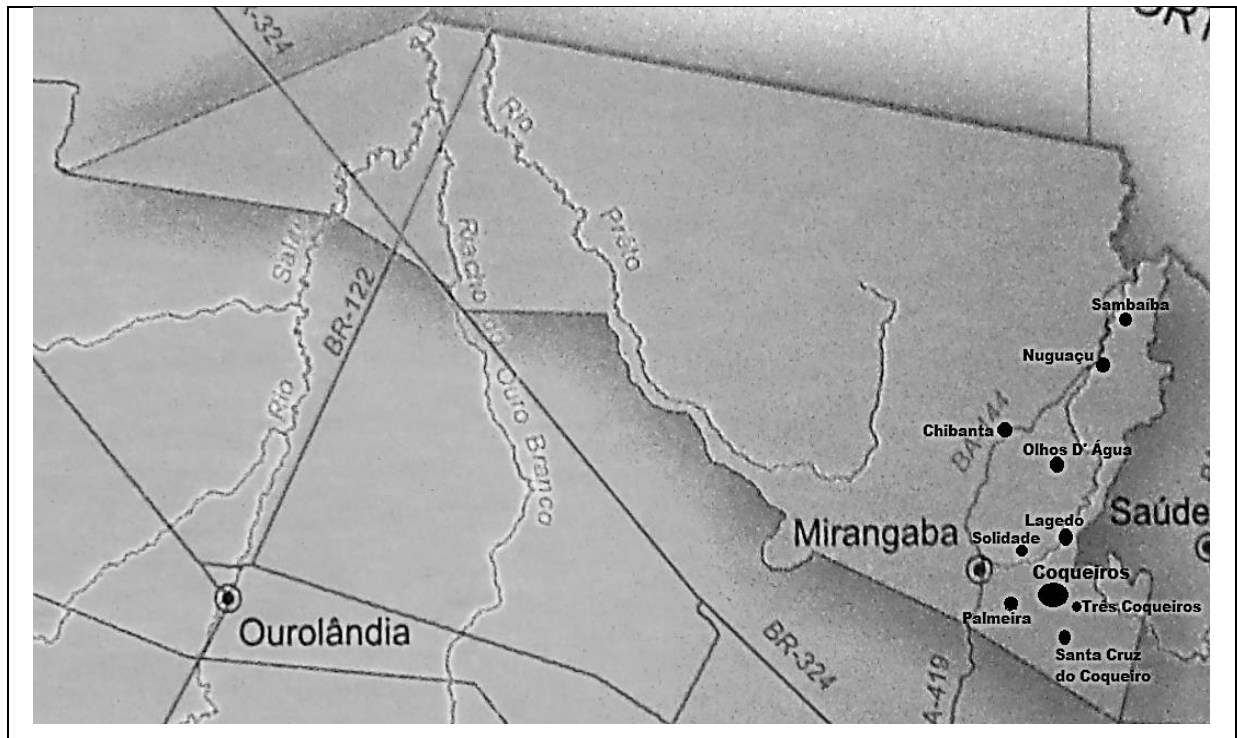
A depoente Maria do Socorro narra que esse grupo de ex-escravos com o passar dos anos foi aumentando e formando os povoados vizinhos a Coqueiros, como notamos no mapa abaixo. Na verdade todo aquele território faz parte da Comunidade de Coqueiros. Dessa forma, supõem que o grupo vindo para as terras de Coqueiros era um grupo grande, porém ficou na memória dos narradores a imagem do sr. Norberto e as três filhas, que cada tomaram posse dessas terras.

⁴⁰ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEBA). Seção: Colonial e Provincial, fundos: Juízes, Maço: 2430. Apud VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX. São Paulo: Annablume, 2009.

⁴¹VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009.

⁴²VIEIRA FILHO, op., cit., p. 52

IMAGEM 3. Mapa com a localização das comunidades vizinhas a Coqueiros.



Fonte: Elaborado pela Coordenação Estadual dos Territórios, 2007. SEI. 2010.⁴³

Percebe-se então, que foi através da terra, que a população de Coqueiros e adjacências constituiu sua história. Nesse sentido Miranda⁴⁴ afirma que “a história da terra construída pelo homem é sua própria história”. Ou seja, a terra torna-se a origem da constituição da vida e de uma identidade. Ainda, nesse mesmo raciocínio, Miranda cita Isabel Castro Henriques, afirmando que o povo angolano também identifica-se na terra a origem de sua história, vejamos⁴⁵.

Identifica-se por isso através da relação que sustenta com a história, e que se exprime não só pela presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, outros provindos do imaginário do indivíduo e da sua sociedade. Assim os africanos definem sua identidade por meio de alguns suportes, entre os quais o fato de pertencer a uma família, a qual está integrada num clã, numa comunidade e numa nação.

⁴³Com alteração realizada pela autora.

⁴⁴MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva, **VESTÍGIOS RECUPERADOS: Experiências da comunidade negra rural de Tijuáçu – BA**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 30

⁴⁵HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e Identidade: a construção da Angola Colonial** (c. 1872-c. 1926) Lisboa: Centro de História de Lisboa, 2004. Apud. MIRANDA, *op. cit.*, p. 30.

Logo, o sentimento de pertencimento não está ligado apenas a terra, mas a um conjunto de elementos que integram aquele sujeito ao seu meio social. E nessa totalidade, a família desempenha um papel fundamental, já que é por meio dela que ocorre a fixação do homem na terra.

Dessa forma, durante a pesquisa de campo, começamos a manter um vínculo de amizade com alguns moradores da comunidade quilombola de Coqueiros. E uma outra versão sobre a trajetória da comunidade foi possível. Através do contato com o morador mais idoso da comunidade, o senhor Antônio Joaquim dos Reis⁴⁶ que nós cedeu uma escritura de terra do ano de 1926, em que consta o registro das terras de Coqueiros que pertencia ao seu avô, Joaquim Elias de Jesus e sua avó Jacintha Alma de Jesus. Segundo o Sr. Antônio Joaquim dos Reis, a referida terra, pertencia ao senhor Manuel Joaquim dos Reis e ao senhor Benedicto Joaquim de Sant' Anna. Ao transcrever este documento, notamos que a extensão do território apresentado é de dez tarefas de terra, pertencente a Fazenda Coqueiros, conhecida no passado como Engenho Velho. Esta fazenda foi comprada pelo avô de seu Antônio Joaquim a um fazendeiro conhecido por Antônio Teixeira Soares. A documentação oficial não revela se a família do senhor Antônio Joaquim dos Reis era morador antigo da Fazenda e se esta foi recebida em troca de serviços prestados.

Em entrevista⁴⁷ realizada com seu Antônio Joaquim, pergunta-se quem era o dono da Fazenda Coqueiros, ele responde “inhô Elias [...] meu avô”. Ainda segundo Sr. Antônio Joaquim, a Fazenda Coqueiros foi comprada pelo seu pai ao seu avô, na época, compreendia os povoados de Palmeiras, Três Coqueiros e Santa Cruz do Coqueiro. Esta propriedade foi vendida por Duzentos mil reis (200\$000). Na escritura⁴⁸ as terras são descritas da seguinte forma:

Dez tarefas de terra, no lugar denominado Engenho-Velho, terreno da fazenda Coqueiros, neste distrito de paz de Jacobina, havida dos transmittentes por compra, cujo terreno, os donatários já tem roças

⁴⁶Antônio Joaquim dos Reis, lavrador aposentado, 86 anos, semianalfabeto, depois que seu pai morreu foi trabalhar no Pará e em seguida São Paulo como carpinteiro na construção civil, entretanto após o Plano Collor, a empresa da qual ele era empregado, faliu e o mesmo teve que retornar a comunidade.

⁴⁷Entrevista realizada no dia 20 de fevereiro de 2013, pela autora.

⁴⁸Escritura publica lavrada em 7 de outubro de 1926, pelo 1º Tabelião Davino Teixeira dos Santos e Jose Rocha Passos oficial de registro geral de hipotecas na comarca de Jacobina.

de cafeeiros, tendo os limites seguintes. Do lado do Nascente com a roça de Niquelina Izabel de Jesus e do lado do Poente dividindo com a roça de Laudelina Jozina de Jesus; do lado do sul no cume do morro e do lado do Norte com os moradores, digo, com as moradas dos mesmos donatários⁴⁹.

Observamos nesse trecho que os compradores possuíam plantações de café, ou seja, seguiam a dinâmica dos grandes fazendeiros brasileiros que nesse período da história cultivavam o café. Nesse contexto, percebemos que desde a formação da comunidade de Coqueiros, que seus habitantes sobrevivem da agricultura, cultivam produtos tais como: alho, mandioca, milho, feijão, café, banana, jaca, laranja entre outros.

1.2 Algumas considerações sobre o conceito de quilombo.

O Quilombo de Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina, durante o período colonial. Durou quase cem anos, e teve como protagonista Zumbi como o herói nacional. Sua formação ocorreu gradativamente com a chegada de escravos que fugiam do sistema escravista. Este quilombo serviu de exemplo para muitos outros que se formaram no Brasil no período escravista.

E nesse sentido que a Fundação Cultural Palmares ressalta o mito de quilombos históricos, como o de Palmares, mesmo funcionando como referência para a luta dos negros no Brasil e no reconhecimento das comunidades quilombolas. Na verdade, segundo afirmam, cada quilombo teve uma história diferente. Existiam os grandes núcleos de resistência, mas também existiam outros que se mantinham inseridos no contexto social e econômico da região. Muitos desses grupos não eram perseguidos e sobreviviam escondidos pelas matas ou fugindo de um lugar para outro.

Ao longo dos anos muitos são os historiadores que vem elencando discussões acerca do conceito de quilombo. Nesse contexto, inicio apresentando as ideias de João José Reis, presentes no artigo *Escravos e Coiteiros no quilombo do*

⁴⁹Mantivemos a grafia do documento supracitado.

*oitizeiro Bahia, 1806*⁵⁰, em que o referido autor discute sobre a formação dos quilombos:

A formação de quilombos é um aspecto da escravidão pouco estudado no Brasil. Menos ainda é a relação entre quilombos e a sociedade que os cercava. Os fugidos eram poucos, se estabeleciam próximos a povoações, fazendas, engenhos, lavras, às vezes nas imediações de importantes centros urbanos, e mantinham relações ora conflituosas, ora amistosas, com diferentes membros da sociedade envolvente.

Conforme Reis, o quilombo do Oitizeiro tinha características cada vez mais peculiares, as quais o obrigaram a destacar durante este ensaio, a própria concepção de quilombo que tinham seus contemporâneos, “(...) um quilombo dirigido por homens livres. Um quilombo com escravidão. Um quilombo agrícola e cuja produção estava integrada ao mercado regional. Que quilombo era esse? Esta é a história - ou uma das histórias possíveis do quilombo do Oitizeiro, na Bahia de 1806.” (REIS, 1996, p.332). Dessa forma, temos que pensar os quilombos como comunidades dinâmicas que foram constituídas seguindo os componentes do meio ao qual estava inseridos, poderiam estar isolados, em contato com outros quilombos, manter relações com centros urbanos. Tudo ia depender da região a que pertencesse.

Clóvis Moura⁵¹ aponta que “o quilombo foi a unidade de resistência do escravo”. Ou seja onde existia escravidão, “o quilombo aparecia”, e sua organização obedecia as necessidades do grupo, como sugere:

[...] O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista [...]

⁵⁰REIS, João José. “Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806”. João José reis e Flávio dos Santos Gomes (Org.). In: *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. p.332.

⁵¹Moura, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: insurreições, quilombos e guerrilhas**. São Paulo: Editora Edições Zumbi, 1959. p. 103.

Esse tipo de quilombos, descrito acima foi se constituindo em diferentes partes do Brasil durante o período Colonial. Notamos que esse conceito de quilombo apresenta uma visão marxista, pois aonde há escravidão existia a resistência. Esta era apresentada através da fuga e conseqüentemente a formação do quilombo.

Com relação a localização dos quilombos Edison Carneiro, enfatiza que:

Os quilombos situavam-se geralmente em zonas férteis, próprias para o cultivo de muitas espécies vegetais e ricas em animais de caça e pesca. A utilização da terra, ao que tudo indica, tinha limites definidos, podendo-se afirmar que, embora a propriedade fosse comum, a regra era pequena propriedade em torno do vários mocambos ou, como escreveu Duvitaliano Ramos, a 'posse útil' da terra. Era o mesmo sistema da África. Entre os nâgos como entre os bantos [...] a terra pertence aos habitantes da aldeia e só temporariamente o individuo detém a posse da terra que cultiva. Os quilombolas, individualmente, tinham apenas a extensão de terra que podiam, na realidade cultivar [...] ⁵²

Desse modo, constatamos que a localização e organização dos quilombos aqui no Brasil seguia a dinâmica das sociedades tradicionais africanas. Os escravos tentavam reproduzir o mesmo modelo da África. É segundo essa conjuntura que Reis aborda que o termo *quilombo* deriva de *Kilombo*, um grupo de guerreiros mbundu, que eram formados por vários grupos étnicos africanos. Dessa forma, os escravos fugidos teriam adaptado e reinventado as mesmas formas de sobrevivência na organização dos quilombos. Assim, eles plantavam, fundiam metais, fabricavam cestas, chapéus e utilitários de cerâmica e tentavam se familiarizar com praticas sociais mais amplas.

A historiografia recente traz a luz das discussões o conceito de quilombos contemporâneos, que seriam redutos de terras comprados por escravos alforriados ou recebidos em forma de doações por ex-senhores. Seguindo essa linha temos a historiadora Glória Moura⁵³ que tece um diálogo sobre o conceito de quilombo afirmando que:

Pode-se definir quilombo contemporâneo como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de

⁵²CARNEIRO, Edison. Singularidades dos Quilombos. IN: Clóvis Moura (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001. P. 15 – 16.

⁵³MOURA, Glória. “Os Quilombos Contemporâneos e a Educação”. In: *Revistas Humanidades*, n. 47, novembro de 1999. Brasília: Editora UNB, 1999. P.100.

parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistências, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os negros dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiões ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade étnica.

Esse conceito de quilombo é o que podemos aplicar a comunidade Quilombola de Coqueiros, por ser um grupo social descendente de ex-escravos, que segundo os depoentes, teve origem com a chegada de um grupo de pessoas que vieram buscar refúgio nas terras que hoje se constitui a comunidade. Glória Moura ainda enfatiza que para uma comunidade ser considerada um quilombo contemporâneo é necessário que este seja formado por no mínimo “duas ou três famílias de descendência escrava”, é o que observamos em Coqueiros.

Dessa forma, o conceito de quilombo tem sido discutido desde a década de 70. Através da contribuição significativa do Movimento Negro e posteriormente da elaboração e aprovação do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias presente na Constituição Brasileira de 1988, criação da Fundação Cultural Palmares, INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária). Tais eventos ressaltaram a importância do estudo e impulsionaram o debate sobre o reconhecimento das comunidades quilombolas.

1.3 Construção da Identidade quilombola: negação, silenciamento e memória

De acordo com alguns narradores, por muitos anos os habitantes de Coqueiros tinham receio de falar sobre a história do povoado para seus filhos. Assim, notamos que a historicidade de Coqueiros foi abafada por muito tempo, devido a várias questões. Havia uma negação da identidade quilombola e isso acontecia por conta dos preconceitos sofridos pela população por ser negra. No entanto, essa realidade mudou a partir do processo de reconhecimento, iniciado pelo

padre Joel⁵⁴, que passou a colher relatos sobre a história da comunidade. Nesse sentido Michael Pollak aponta:

[...] As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, e moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. [...].

A partir do momento que os moradores de Coqueiros perceberam que são sujeitos históricos, começaram a ter consciência que, ao narrar a história de sua comunidade, estavam trazendo para o presente as narrativas sobre os seus ancestrais, lembranças soterradas, que vieram à tona com o processo de reconhecimento. Logo, a população de Coqueiros compreendeu que o reconhecimento era uma conquista. A partir desse momento, houve uma afirmação acerca da sua identidade, o resgate das manifestações culturais que estavam adormecidas.

Conseqüentemente, a construção da identidade quilombola de Coqueiros renovada pelo processo de reconhecimento da comunidade está em constante construção. Conforme pontual Stuart Hall⁵⁵:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...] A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.

Seguindo essa concepção teórica, pensamos que as identidades presentes na comunidade quilombola de Coqueiros são flexíveis, estão em constante processo de construção e transformação com o objetivo de legitimar a identidade cultural. Dessa maneira podemos evidenciar através das narrativas e da própria observação no dia-a-dia à presença e o zelo pelas tradições culturais praticadas pela

⁵⁴Padre Joel Valentim da Silva, foi deputado estadual pelo Partido Socialista Democrata Cristão, no período entre 2003 à 2007.

⁵⁵HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraceira Lopes Louro- 11^a. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. p. 38 – 39.

comunidade tanto nos cultos de origem afro-brasileiro, como nas comemorações das festas de cunho católico.

A festa de Santos Reis realizada na comunidade sempre no dia 6 de janeiro é um exemplo de como os sujeitos se identificam e se doam ao resgate da tradição. Nesse mesmo dia é realizada pela manhã, um missa proferida por um padre, ou seja, um representante da religião católica. Ao término da celebração cristã, inicia-se as comemorações profanas através das representações próprias da comunidade como o samba de roda, a chula, apresentações através das comidas oferecidas aos orixás e o peji aos caboclos. Os festejos de Santos Reis são realizados com a participação maciça principalmente das pessoas mais idosas da comunidade. Dessa forma, os habitantes de Coqueiros tentam reafirmar suas crenças sua identidade a partir dessas representações, demonstrando para os mais novos o quanto a tradição e a cultura são importantes na construção do imaginário quilombola.

Durante entrevista⁵⁶ realizada com seu Jardelino Pedro dos Santos, sobre a trajetória da festa de Santos Reis, o mesmo afirma que quando nasceu, os festejos do 6 de janeiro já era comemorado em Coqueiros, e salienta que não apenas a festa de Santos Reis como também: o Reisado, o Samba e a Chula. Segundo seu Jardelino, essas manifestações culturais são praticadas há muito tempo na comunidade, ou seja, nos remete a cogitar que estão presentes na comunidade desde a chegada dos primeiros moradores.

O Reisado em Coqueiros é formado por um grupo de senhores e senhoras idosos e de meia idade, que acompanhados por jovens e crianças visitam as casa cantando e sambando, com intuito de angariar fundos, tanto dinheiro quanto alimentos para a festa de Santos Reis, que como já citamos anteriormente ocorre no dia 6 de janeiro. Dessa forma, durante o período que antecede a festa de Santos Reis percorrem as ruas da comunidade, sempre à noite, assim, eles não ficam apenas em Coqueiros vão para outras comunidades vizinhas. Percebemos que quando o grupo visita outra comunidade costuma mandar um aviso com antecedência, pois é uma forma de preparar os moradores para quando os visitantes

⁵⁶Entrevista realizada no dia 27.10.13 pela autora

chegarem em sua residência, os mesmos terem algo a oferecer para a comemoração de Santos Reis. Dessa forma, Andrade⁵⁷ aponta:

Na festa de reis, a inter-relação entre a sacralidade e a profanidade se revela a todo o instante, esse entrecruzar é observado, como uma característica iminente das festividades do catolicismo popular. Ao re-elaborar os festejos cristãos, a partir das heranças africanas e, por vezes, indígenas, o catolicismo popular imprime novos significados às festividades, o que vem ocorrendo no Brasil desde o Período Colonial [...].

Nesse sentido, as manifestações populares podem e devem ser compreendidas como festas culturais que são formados por signos e símbolos. Assim, os festejos de Santos Reis realizados em Coqueiros, rememoram traços da cultura africana, indígena e do catolicismo popular. A junção desses traços resulta numa festa tradicional que já perdura na comunidade por muitos anos.

Outro fator marcante da construção da identidade quilombola de Coqueiros é a presença dos terreiros de Candomblé, rezadores e rezadeiras. Ao longo desse período de pesquisa, tivemos a oportunidade de visitá-los e conhecermos um pouco da história de ambos.

O candomblé possui uma história singular. História construída primeiramente pelos populares negros da diáspora, os escravos, os trabalhadores da terra, por 'aqueles que vieram antes'. Marcada por processos de resistências e repressão, essa história provoca, invariavelmente, sentimentos nostálgicos que se reportam a uma África idealizada e mesmo ao mito idílico brasileiro de harmonia entre as raças.⁵⁸

Assim, percebemos que a construção do candomblé brasileiro, deu-se a partir da contribuição de negros, brancos e mestiços.⁵⁹ Transformando-o em um produto essencialmente nacional. Roger Bastide⁶⁰ afirma que do litoral atlântico até a Amazônia, ou seja, nos quatro cantos do Brasil é possível perceber as reminiscências, sobrevivências das religiões africanas. Porém no estado da Bahia a presença é maior:

⁵⁷ ANDRADE, Fabiane da Silva. **A FESTA DE REIS EM SANTO ANTONIO DE JESUS-BA: ENTRE O SAGRADO E O PROFANO?** IN: IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-BA. HISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS. Vitória da Conquista – BA, 2008. p. 2.

⁵⁸ BRAGA, Júlio. **Candomblé: Tradição e mudança**. Coleção Etno-bahia. Salvador, 2006.

⁵⁹ BRAGA, op., cit.,

⁶⁰ BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Mas na Bahia, com seus candomblés em que, nas noites mornas dos trópicos, as filhas-de-santo dançam ao martelar surdos dos tambores, permanece a cidade santa por excelência. Os candomblés pertencem a “nações” diversas e perpetuam, portanto, tradições diferentes: angola, congo, *jeje (isto é, euê)*, nagô (termo com que os franceses designavam todos os negros de fala ioruba, da Costa dos Escravos), *queto, ijexá*.

No Rio de Janeiro essas “nações” que Bastide apresenta também se fundiram com outras religiões: indígenas, católicas e espíritas, dando origem “va uma religião essencialmente sincrética, a macumba”. E nesse sentido constatamos que o tipo de Candomblé cultuado em Coqueiros é diferente, pois nele, há uma mescla de cultos religiosos. Identificamos a valorização aos santos católicos, os orixás africanos, os caboclos indígenas, as guias espirituais ligadas ao espiritismo, ou seja, é uma mistura de crenças e credos, percebemos também a presença do caboclo, uma figura livre e ousada das matas; o preto velho, uma representação do escravo consumido pelos trabalhos de um vida, porém cheio de sabedoria; os exus; os êres; os orixás meninos e os nagôs. Descritos dessa forma é correto afirmar que o Candomblé cultuado na região de Coqueiros nada mais é que a Umbanda. Pois, de acordo com Edison Carneiro,⁶¹ a Umbanda é a mistura do catolicismo popular, espiritismo e de elementos africanos.

[...] as religiões de matriz africanas estão instaladas nos espaços denominados Terreiros. O terreiro é um lugar importante para compreender a concepção de vida afro-brasileira estruturada na sacralização da natureza e na sua relação com a humanidade, é também o lugar de busca da originalidade, é sagrado, energizado e mítico é onde se constrói um espaço separado do dia a dia [...]⁶²

Foi possível identificarmos na região de Coqueiros a existência de 6 terreiros de Candomblé/Umbanda e 2 curadores. A maioria dos terreiros são comandados por mães de santo com idade entre 50 a 85 anos. Ao entrevistá-las, observamos que algumas, começaram os trabalhos do terreiro, a partir de uma problema de saúde, outras por frequentar outros terreiros acabaram tendo a obrigação de continuar com a devoção. Notamos que o terreiro de maior influência na comunidade é o de dona

⁶¹CARNEIRO, Edison. **O quilombo de Palmares**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁶²BOTELHO, Pedro. **Candomblé e praticas de cura**. IN: Na encruzilhada da tradição: os laços entre zépiqueno e pai Cely no candomblé em Vitória da Conquista. 2011.

Helena⁶³. Ao ser questionada sobre a forma de trabalhar no terreiro e que orixás segue seu terreiro:

Aqui pertence aos orixás da linha branca, em formas de santo, metade em formas de santos e de orixás. Porque todos terreiros tem que ter a oração, tem que ter o pedido a Deus, por que sem Deus nós não somos nada. Nós não pode fazer o candomblé, nem um terreiro só por dinheiro. Ah, eu fiz porque fulano vai vim me fazer uma consurta, não, nós tem que pensar pra receber a benção de DEUS primeiro, nós pedir e DEUS ouvir, então eu vou em santos e orixás. E chego, e vai misturando as sete linhas, cada uma com seu compromisso.

Dessa forma, dona Helena ainda nos relatou que trabalha com os orixás das sete linhas, cinco brancas e duas do “outro lado”, termo usado pela entrevistada, ela também cultua o Preto Velho e a Mãe Maria que era parteira. Durante a Semana Santa faz corrente de oração para os santos católicos a exemplo do Bom Jesus da Lapa, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora das Candeias. Dona Helena explicou que recebe a visita de muitas pessoas que buscam em seu terreiro uma solução para seus problemas, argumentou também que receita banhos e faz alguns trabalhos. Contudo, ressalta que não cobra pelos trabalhos, porém, as pessoas sempre lhe dão um agrado. Já os benzedores também tem um papel importante na representação do sagrado em Coqueiros, pois fazem também consultas, benze e receita banhos e chás.

A história oral foi sem dúvida o divisor de águas dessa pesquisa, pois através da memória tivemos a oportunidade de conhecer a história de vida, os costumes, as tradições o cotidiano dos moradores da comunidade de Coqueiros.

Alessandro Portelli⁶⁴, afirma que “[...] Fontes Orais contam-nos não apenas o que o povo faz, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que faz. [...]”. Nessa perspectiva, a história oral nos propiciou o acesso aos eventos e significados, vivenciados pelos habitantes da Comunidade de Coqueiros. Assim a história oral retrata as versões do passado, ou seja, a memória.

⁶³Entrevista realizada no dia 28.02.13 pela autora.

⁶⁴PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história Oral diferente**. Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997. p. 31.

Nesse sentido, a memória é crucial na conservação de certas informações, pois remete-se as funções psíquicas, os processos de rememoração dos fatos possibilita a atualização das impressões e informações do passado. Assim, o estudo da memória abrange outras ciências como a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia entre outras⁶⁵.

Segundo PORTELLI⁶⁶, “[...] a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados.” E nesse contexto, Michael pontua a memória como um sistema de intervenções coletivas que se integram as interpretações dos eventos do passado na busca constante pelas lembranças e sentimentos dos eventos vividos em sociedade. É através da memória que o indivíduo relembra os acontecimentos do passado.

Assim, o conceito de memória se faz presente pelo simples fato de que os estudos relacionados à memória ressaltam a complexidade de interpretação, já que a mesma reflete na capacidade mental de armazenamento de informações, experiências, ou de conhecimentos adquiridos no decorrer do tempo e das relações desenvolvidas pelos grupos sociais que a compõem. Ou seja, ela atua como um instrumento de socialização que interfere nas ações do presente e possibilita o contato com o passado.

⁶⁵LE GOFF, Jacques. **1924, História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p.424.

⁶⁶PORTELLI, Alessandro. **Tentando Aprender um Pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História**, São Paulo, (15), abr. 1997. p. 16.

Capítulo II

A comunidade quilombola de Coqueiros: permanências e mudanças no pós-reconhecimento

O objetivo desse capítulo é apresentar a comunidade de Coqueiros, em primeiro lugar, discutir como a Carta Magna de 1988 intensificou o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil. No segundo momento apresentaremos a comunidade no pós-reconhecimento, destacando as permanências e as mudanças, como, os projetos que foram implantados e como a população percebeu essas mudanças. Além das vivências cotidianas, a labuta da terra e as relações de trabalho desenvolvidas no âmbito da comunidade.

2.1 A Carta Magna de 1988 e o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas

A Constituição Brasileira de 1988 foi um marco histórico no processo de reconhecimento de várias comunidades quilombolas em todo o território brasileiro. É notório que a política de reconhecimento proposta pela Constituição foi resultado da intensa pressão exercida pelo Movimento Negro e pelas comemorações do centenário da Abolição da escravatura em 1988. Dessa forma, a promulgação da Constituinte assegurou o reconhecimento da propriedade definitiva às comunidades quilombolas, dando propriedade aos quilombolas que estivessem ocupando suas terras e se caracterizava como norma de direito fundiário.⁶⁷

No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, aponta que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.⁶⁸ Assim:

⁶⁷MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva, **Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra de Tijuacu – Ba**, São Paulo: Annablume, 2009, p. 57.

⁶⁸Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/con1988_05.10.1988/con1988.pdf> acesso Acesso em: 8 de novembro de 2014.

Dentre os avanços da Nova Carta Magna consideram-se inclusão do artigo 68 do ADCT, que reconhece as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas. A incorporação do referido artigo movimentou habitantes de várias comunidades negras rurais, que passaram a se mobilizar e lutar em prol do direito as terras por elas ocupadas [...]⁶⁹.

No entanto, foi a partir do Decreto de n. 4887, de 20 de novembro de 2003, e da Instrução Normativa n. 16, de 24 de março de 2014, do INCRA⁷⁰, que afirma: “regulamentam o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata este artigo”, tal citação refere-se ao artigo 68. Assim, Richard Price⁷¹ afirma que:

O quilombo do Rio das Rãs talvez sirva como ponto de partida, uma vez que adota uma perspectiva comparativa em sua militância pelo reconhecimento público da luta das comunidades negras brasileiras por visibilidade e direitos humanos [...]

É nesse contexto que o reconhecimento de Coqueiros, enquanto comunidade remanescente de quilombo foi iniciado, em sintonia com o artigo 68 da Carta Magna e o Decreto 4887\2003. Para que esse acontecimento fosse possível foi encomendado pela Fundação Cultural Palmares uma carta, que constava o relato dos moradores acerca da história da comunidade. Observamos abaixo a carta:

Alto Reconhecimento da Comunidade de Coqueiros
Prezado Senhor:

Por meio desta, a comunidade de Coqueiros é coligado do Município de Mirangaba região de Jacobina Bahia. Vem se alto identificar e comunicar que é uma comunidade remanescente de Quilombo. Quando ainda no período da escravidão em 1905, vieram de Santomé - Bahia, o sr. Norberto no qual era viúvo, acompanhado de suas três filhas: Felissa, Mariana e Lianda. A partir desta data eles começaram a descobrir meios de sobrevivência que foi o coco babaçu, com o coco eles se alimentavam e das palhas das palmeiras eles construíam suas casas. Com o passar do tempo a comunidade foi crescendo e a cultura foi passando de geração a

⁶⁹MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Comunidades Quilombolas do Brasil: desafios e perspectivas**. In: *Revista Cordis*. Revoluções, Cultura e Política na América Latina, São Paulo, nº11, p. 253 – 279, jul./dez. 2013. p. 264.

⁷⁰Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado pelo Decreto de nº 1.110, de 9 de julho de 1970. É uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

⁷¹PRICE, Richard. **Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações**. Afro – Ásia. Salvador: EDUFBA, 2000, nº. 23.

geração. No qual deram o nome de Coqueiros a ela, pela quantidade de cocos existente.

Hoje temos nesta comunidade cerca de 350 famílias onde 100% são negras, e passam por muitas dificuldades sem água, poucas participações das famílias nos programas do governo Federal, educação e saúde precária. No entanto estamos solicitando nossa certidão de alto reconhecimento, para que possamos participar dos programas do governo Federal, estadual e Municipal que são: regularização fundiária, participação dos programas fome zero, saúde da família, melhoria na educação, pois 50% das pessoas não são alfabetizadas.

Temos boa relação com as pessoas da comunidade de Tijuaçu, ou seja somos parceiros nos trabalhos em busca de nossos direitos.

Contamos com sua compreensão e colaboração.

Oliveira Francisco dos Santos, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros⁷².

Assim, este documento tentou resumir em algumas linhas a trajetória da comunidade, as demandas em relação a educação, saúde e infraestrutura, como também, apresenta alguns dados estatísticos sobre a quantidade de famílias residentes. Outra questão presente no referido documento refere-se a exclusão das famílias nos programas sociais do governo. A comunidade solicita através do reconhecimento a visibilidade do Estado. No entanto, se observarmos atentamente vamos identificar que há um equívoco por parte da afirmação sobre o grupo ter vindo por volta de “1905 período da escravidão”. Pois é de conhecimento que a escravidão já havia sido abolida em 13 de maio de 1888, pela assinatura da Lei Áurea. Fora esse equívoco. Seguindo o trâmite, a comunidade de Coqueiros recebeu a visita de antropólogos, sociólogos, técnicos e advogados da Fundação Cultural Palmares⁷³, que elaboraram um relatório antropológico e enviaram para a Fundação.

O processo para o reconhecimento da comunidade de Coqueiros durou um ano. Em 2006, Coqueiros foi reconhecida como comunidade remanescente de quilombo. A cerimônia de entrega da certificação foi realizada em Brasília, e o então presidente da associação local, Oliveira Francisco dos Santos, recebeu das mãos do presidente Luís Inácio da Silva, a certidão de auto reconhecimento como narra Francisco.

A gente deu entrada em 2005, e foi reconhecida em 2006, no dia 20 de novembro, eu tava em Brasília, recebi o certificado através da

⁷²Carta escrita a punho por Oliveira Francisco dos Santos, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros. Mantemos a grafia original do documento.

⁷³A depoente Maria do Socorro, durante entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2012, afirma a presença desses representantes na comunidade de Coqueiros.

mão do presidente Lula, eu recebi na casa dele, eu nunca tinha andado de avião andei pela primeira vez, ai eu fui até Brasília no dia 20 de novembro de 2006.⁷⁴

Desse modo, o reconhecimento da comunidade é sem dúvida um orgulho para os moradores, pois através do reconhecimento ocorreu uma revitalização da tradição quilombola, assim como o reconhecimento de sua identidade. A certidão de Auto-Reconhecimento declara:

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, art. 3º, § 4º do decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidade dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das disposições constituintes Transitórias e artigos 216, I a V, §§ 1º e 5º da constituição federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Coqueiros**, localizada no município de Mirangaba, estado da Bahia, registrada no Livro de cadastro Geral nº 06, Registro n. 611, fl. 121, nos termos do decreto supramencionado e da Portaria Internada FCP nº 06, de 01 de março de 2004, publicada no diário oficial da União nº 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**. [...] 31 de maio de 2006.⁷⁵

Ao observarmos a Certidão de Auto-reconhecimento de Coqueiros, percebemos que a comunidade foi reconhecida em 21 de maio de 2006, porém a cerimônia ocorreu após sete meses, em 20 de novembro como cita o depoente Francisco.

A vista disso, durante a cerimônia de entrega de certificação foram firmados convênios entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (Seppir), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC), Organizações Não governamentais (ONGs) e Associações Quilombolas, em que tais acordos visavam o desenvolvimento de ações junto a comunidade quilombola. Além da assinatura do termo de Cooperação Técnica entre o Incra, a Seppir, a Companhia de Desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a

⁷⁴Entrevista realizada com Oliveira Francisco dos Santos em 27 de outubro de 2012 pela autora.

⁷⁵Disponível em < <http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/Pedido/ConsultaPedido.aspx>> Acesso em 02 de julho de 2013. Mantivemos a mesma grafia do documento.

Universidade federal do vale do São Francisco (Univasf) para desenvolvimento de ações de preservação ambiental e regularização fundiária.⁷⁶

2.2 A comunidade de Coqueiros no pós-reconhecimento

Com o reconhecimento alguns benefícios foram adquiridos pelos habitantes como o acesso a energia elétrica em 2007, através do Projeto Luz para Todos; cesta básica e a implantação do PSF⁷⁷. A sede do PSF de Coqueiros está em construção desde 2009, como podemos observar na foto abaixo.



Imagem 4. Fotografia da Construção do PSF de Coqueiros. Arquivo Pessoal Jakeline Cruz, 2012.

Ao questionar o agente de saúde do povoado de Coqueiros, durante entrevista, Daniel Santana Bento⁷⁸, sobre a demora na construção do PSF, ele afirma que a obra teve início em 2009, assim como observamos na placa em frente da construção, e que até o momento, isso em 2013, ainda não foi concluída, ressalta ainda que “não se sabe o porquê de ainda não ter terminado”. Diante disso, o PSF funciona de forma inadequada em uma casa alugada pela prefeitura do município de Mirangaba.

A comunidade quilombola de Coqueiros vem passando por vários problemas, como infraestrutura, por exemplo, não possui água encanada, os moradores utilizam

⁷⁶Disponível em <<http://www.palmareis.gov.br/?p=1812>>. Acesso em 19 de junho de 2013.

⁷⁷Programa Saúde da Família.

⁷⁸Entrevista realizada em 20 de fevereiro de 2013 pela autora.

a água sem tratamento de uma lagoa, carregam água em jegues, como observamos na imagem abaixo.



Imagem 5. Fotografia de jegue com os vasos de carregar água. Arquivo pessoal, Jakeline Cruz, 2012.

Essa imagem é recorrente na Comunidade Quilombola de Coqueiros, durante os dias em que visitamos a mesma, presenciávamos constantemente os moradores utilizando este animal, como meio de transportar água para suas residências.

Outro problema grave enfrentado pelos moradores da comunidade, tanto antes como após o reconhecimento da comunidade, é a falta de saneamento básico, a maioria da população não tem banheiro em suas residências, muitos improvisam pequenos cercados com palhas e telha para tomar banho. Por falta de banheiro a maioria dos moradores fazem suas necessidades fisiológicas no quintal de casa, o que possibilita um risco maior na contaminação dos alimentos, assim como doenças, como as verminoses.

Ao entrevistar o Agente de Saúde⁷⁹ da comunidade, ficamos sabendo que as doenças que predominam na comunidade é a Hipertensão, Diabetes, Leishmaniose, Chagas e Anemia Falciforme. A Hipertensão segundo o entrevistado é a doença que

⁷⁹Entrevista realizada no dia 20 de fevereiro, com o agente de saúde de Coqueiros, Daniel Santana Bento.

tem maior índice na comunidade. Já a Diabetes é mais comum nas pessoas idosas. Observamos que Coqueiros possuem uma área focal de Leishmaniose, conhecida também pelo nome popular de Calazar. Esta doença é grave e ataca alguns mamíferos, a exemplo do cachorro, pois esse é o principal reservatório do parasita e está diretamente ligado ao homem, assim, o contágio ocorre somente através da picada do mosquito fêmea infectado. Dessa forma, a comunidade está nessa situação devido à quantidade de cachorros sem atendimento da Secretaria de Saúde do município.

De acordo com o agente de saúde a doença de Chagas é causada pelas espécies dos gêneros *Triatoma*, *Rhodnius* e *Panstrongylus* é uma endemia presente na comunidade há muito tempo, pois no passado as construções eram de taipa. Na foto abaixo, observamos uma construção típica da comunidade, uma casa de taipa, muito comum na comunidade. Tal construção constitui um chamariz para o barbeiro, estes insetos se escondem nas frestas das paredes e durante à noite picam os moradores, causando-lhes vários problemas de saúde, entre os quais a doença de Chagas, que causa problemas no coração.



Imagem 6. Fotografia da casa mais antiga de Coqueiros. Arquivo pessoal, Jakeline Cruz, 2012.

Como podemos ver na imagem 6, é um local propício para o alojamento do barbeiro, assim apesar de, ao longo dos anos as moradias terem evoluído, está é uma doença que ainda tem assolado a comunidade de Coqueiros. Outro problema sério enfrentado pela população de Coqueiros é a Anemia Falciforme, doença

comum na população negra, atinge 1 em cada 8 afro-brasileiros, também estar presente na vida de algumas pessoas da comunidade.

Foram muitos os convênios firmados após o reconhecimento da comunidade de Coqueiros. No entanto, a comunidade necessita de mais atenção tanto do poder público local, como estadual e federal.

2.3 As vivências cotidianas, labuta na roça, o compadrio e as relações de trabalho desenvolvidas na comunidade de Coqueiros

Pensar o cotidiano da comunidade quilombola de Coqueiros nos faz refletir sobre trabalho e sobrevivência: os valores a eles atribuídos e suas implicações. Dessa forma, a agricultura foi desde o início da formação da comunidade a fonte de renda e o meio de garantir a alimentação da família. É nesse sentido que Maria Izilda Santos de Matos⁸⁰ afirma que “[...] Discutir as questões do cotidiano nos leva, necessariamente, à experiência do trabalho.” Além disso, o cotidiano de Coqueiros nos mostra os papéis desempenhados por homens e mulheres na vivência cotidiana da comunidade.

Ainda sobre a ótica do termo cotidiano, destacamos que:

[...] o cotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidades de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia.⁸¹

Logo, os papéis informais citados acima se referem a sujeitos históricos que por muito tempo foram esquecidos pela história oficial e que através dos estudos sobre o cotidiano, ganharam espaço nas narrativas a partir da necessidade de historicizar a categoria informal. Que nesse sentido, encaixa-se perfeitamente aos

⁸⁰MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002.p. 50.

⁸¹DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

trabalhadores da comunidade de Coqueiros que podemos observar na imagem 7, da página seguinte.



Imagem 7. Fotografia dos trabalhadores retornando para casa depois de um dia na labuta da roça. Arquivo pessoal, Jakeline Cruz, 2012

O trabalho na comunidade é dividido entre mulheres e homens. O cuidar das atividades domésticas, casa e filhos, fica sobre a responsabilidade da mulher. Além de ajudar no cultivo e na colheita das atividades desenvolvidas na roça. Desse modo, Matos aponta que “[...] a trajetória do trabalho feminino se mostrou diferente da dos homens, também o seu tempo cotidiano se apresentava distinto”. Ou seja, as mulheres vivem um tempo diferente do homem. Elas seguem o modelo de tempo regido sempre pelo outro, seja os filhos ou os maridos.

O cultivo, a labuta na roça são tarefas desempenhadas na maioria parte do tempo pelo homem. Ou seja, é de inteira responsabilidade dele, cuida da terra, plantar e colher. Em entrevista realizada com seu Antônio Joaquim⁸², o morador mais idoso da comunidade, destaca que “[...] desde muito tempo, que agente fazia batalhão aqui para limpa roça de um, juntava bastante gente pra trabalha, e assim

⁸²Entrevista realizada com seu Antônio Joaquim em 19 de fevereiro de 2013.

hoje em dia todo mundo junto. [...]” Dessa forma, ao analisarmos o depoimento observamos que as relações no trabalho da roça eram amistosas, pois desde o passado já havia na comunidade o sentimento de solidariedade, de ajuda mútua na labuta da terra. Assim, consoante às ideias apresentadas seu Antônio Joaquim sinaliza:

No passado tinha muito café, porque com esse tempo de seca acabou. Cê tá vendo ali, Carlos uma vez fez uma roça de café ali, aquela roçona de café grande, mas acabou tudo. Meu pai tinha uma roçona de café aqui em baixo, mas acabou com o tempo.⁸³

Com base nisso, observamos que no passado em Coqueiros havia grandes plantações de café, como cita se Antônio Joaquim, e que devido a ação da seca o cultivo foi dando lugar a outras culturas. Nesse âmbito, os principais produto cultivado na atualidade é a banana, em entrevista concedida por Oliveira Francisco⁸⁴ ao se questionar acerca do que se cultiva na comunidade ele salienta:

“[...] O potencial é a banana [...] aqui temos plantações de banana, café, arroz, milho, feijão agora não tem tamo sofrendo período de seca, mandioca, batata, aipim tudo aqui o povo tem [...]”

Agricultura desenvolvida em Coqueiros é bastante diversificada, não sendo a apenas uma monocultura. Assim, durante as visitas a Coqueiros tivemos a oportunidade de evidenciar o escoamento da produção que ocorre com a venda desses produtos a compradores que vão à própria comunidade buscar os artigos produzidos. Porém muitos agricultores participam de feiras da microrregião com o intuito de vender sua produção. Dessa feita, aos se perguntar acerca disso ao questionarmos Oliveira Francisco sobre as feira, ele enfatiza que os moradores da comunidade “pega feita em Queimadas, Valente, Santa Luz, Cansanção, Riachão, Capim Grosso, Várzea da Roça, Paraíso, Junco, Jacobina, Mirangaba, essas feira tudo tem gente da região [...]”. E nesse contexto, podemos notar que os habitantes da comunidade desempenham relações de trabalho com várias cidades da região de Jacobina.

⁸³Entrevista realizada com seu Antônio Joaquim em 19 de fevereiro de 2013.

⁸⁴Entrevista realizada com Oliveira Francisco em 27 de outubro de 2012.

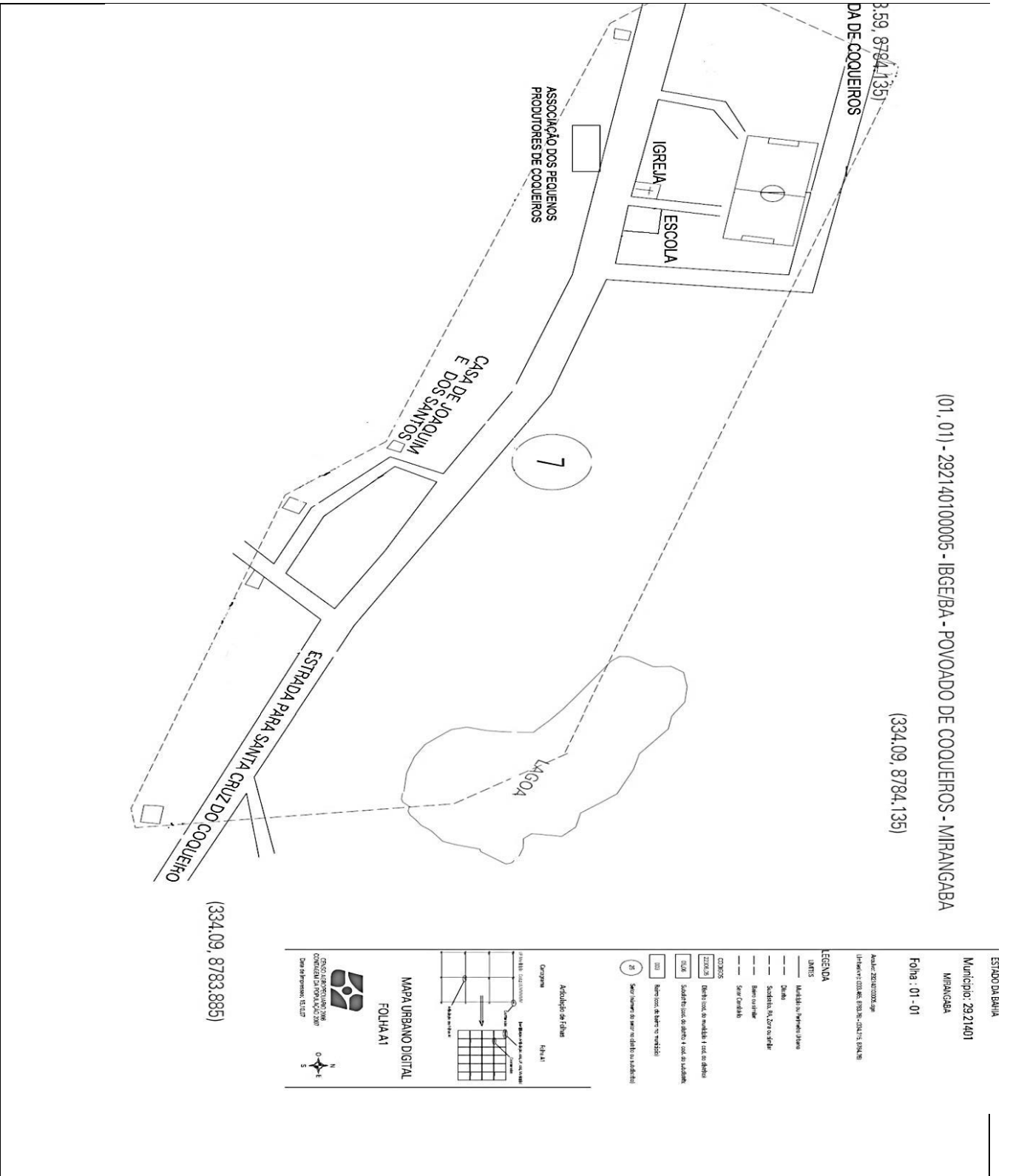


Imagem 8. Croqui com a divisão espacial de Coqueiros

Fonte: José Alves e Fábio Nunes, 2012

Analisando o croqui da página anterior que esclarece sobre a divisão espacial atual da comunidade quilombola de Coqueiros, constatamos que possui características peculiares no que se refere a distribuição do espaço. Logo na entrada da comunidade observamos o campo de futebol, a mercearia e os bares, local que durante os domingos torna-se o entretenimento dos moradores, haja vista que o domingo é caracterizado como o dia do lazer, pois as pessoas saem da rotina diária do trabalho, muitas vão visitar os parentes, alguns jogando bola, outros no bar, enquanto outras ficam em casa descansando.

Observamos também no croqui a igreja de Santos Reis que de acordo com o depoimento de seu Antônio Joaquim, a mesma foi construída por membros de sua família.

[...] aquela capelinha ali [...] Foi um sobrinho meu, filho da finada Tete que inventou essa capelinha ai, nossa igreja era a da Santa Cruz. Todo mundo assistia a missa, batizado, casamento tudo em Santa Cruz. Meu sobrinho inventou de nos fazer essa capela da igreja ai. Ai depois da igreja pronta, nós procuramos, fomos ver que nome ia colocar na igreja. Ai agente, como meu pai era o mais velho daqui, ai nos botamos o nome da igreja de Santo Reis.⁸⁵

Ao lado da igreja encontramos a Escola Clementina Rosa dos Santos, que atende as crianças da comunidade da educação infantil ao 5º ano do fundamental I. Na mesma rua da escola é possível localizarmos a Associação dos Pequenos Produtores de Coqueiros. Ao longo das visitas constatamos que as ruas da comunidade não possuem calçamento, são estreitas e as moradias dos habitantes são próximas umas das outras, casas simples, com poucos móveis.

Na comunidade, os espaços públicos/privados são os locais onde os moradores desenvolvem suas atividades: nas portas de suas casas, na rua, na vizinhança, na associação durante as reuniões, na igreja, na escola em fim, são lugares de troca de experiências onde há uma constante relações. Matos enfatiza que:

No decorrer dos tempos, as linhas de demarcação entre o público e o privado foram traçadas de modos distintos, podendo-se perceber

⁸⁵Entrevista realizada com seu Antônio Joaquim em 19 de fevereiro de 2013.

momentos em que as atividades familiares e públicas se mesclam e outras em que estão explicitamente diferenciadas [...]⁸⁶

Dessa maneira, percebemos que é justamente isso que ocorre em Coqueiros, pois em vários momentos durante as relações estabelecidas na comunidade o público e o privado se misturam já em outras ocasiões são distintas.

O croqui também nos mostra a lagoa, local aonde a população busca água para suas necessidades. Como podemos constatar na imagem abaixo.



Imagem 9. Fotografia da lagoa. Arquivo pessoa, Jakeline Cruz, 2012.

Assim, é dessa lagoa que toda a comunidade é abastecida, por meio dos jegues que os moradores utilizam para fazer o transporte da água para suas casas. Durante a estiagem, a comunidade sofre com a escassez de água, pois a capacidade da mesma diminui a tal ponto que fica apenas alguns filetos de água barrada.

⁸⁶MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002.p. 38.

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou apresentar a trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros entre 1980 a 2006, ano em que a referida comunidade recebeu a Certidão de Auto-reconhecimento, enquanto comunidade remanescente de quilombo. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, regulamentou o reconhecimento das comunidades negras de todo o território brasileiro. Nos preocupamos em apresentar aspectos e singularidades atuais presentes na comunidade. Buscando compreender a realidade social, econômica e cultural na qual a comunidade está inserida e as vivências cotidianas, dessa forma revelarmos os desafios e as dificuldades que a comunidade quilombola enfrentou e continua enfrentando após o seu reconhecimento.

Procuramos saber como se deu a formação histórica de Coqueiros, o resultado nos remete ao final do século XIX, que segundo as narrativas dos moradores mais idosos, contam que Coqueiros surgiu a partir da chegada de um grupo de ex escravos que fugindo de conflitos, chegaram naquela região. O que mais chamou atenção do grupo foi o relevo acidentado e de difícil acesso, o que possibilitou a fixação do grupo. Porém, segundo a análise da escritura de terra do avô de seu Antônio Joaquim, tudo leva a crer que a formação da comunidade deu-se através de alguns moradores que já trabalhavam na referida comunidade e que acabaram comprando tarefas de terra, onde já possuíam suas roças. Ao analisarmos a escritura, notamos que antes a fazenda Coqueiros era chamada de Engenho Velho, provavelmente era uma Fazenda de cana-de-açúcar, pertencente à família de seu Antônio Teixeira Soares⁸⁷.

A aprovação do ATDC⁸⁸ foi uma vitória para as comunidades negras de todo o país, no entanto só aconteceu devido a pressão do Movimento Negro que em vias de ser aprovado intensificou o debate nas grandes capitais do nosso país. Dessa maneira, muitas comunidades negras que até então estavam invisíveis para Estado, passaram a ter visibilidade. É nesse contexto que apresentamos Coqueiros, que por muitos anos sua historicidade foi negada, a comunidade passou por um longo período de sua existência esquecida pelo governo. Foi assim, que em carta enviada

⁸⁷Fazendeiro que ainda possui tarefas de terra na comunidade de Coqueiros.

⁸⁸Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

a Fundação Cultural Palmares, escrita a punho pelos moradores de Coqueiros, solicitavam abertura no processo de reconhecimento da comunidade, enquanto remanescente de quilombo, a população passava por muitos problemas de infraestrutura, educação e saúde, bem como a exclusão dos programas sociais do governo federal. Nesse contexto de invisibilidade os moradores estavam com auto estima baixa, os traços culturais estavam adormecidos.

O ano de 2006 é um marco histórico para a comunidade quilombola de Coqueiros, pois sinaliza o recomeço de uma nova história. É o ano do seu reconhecimento como comunidade quilombola. Pois através do reconhecimento, a população percebeu que a partir da valorização de sua tradição cultural poderia ganhar maior visibilidade histórica, o que contribuiu para a revitalização e auto estima da identidade cultural dos coqueirenses. Durante a cerimônia de entrega da Certidão de Auto Reconhecimento em Brasília, foram firmados convênios com instituições no âmbito estadual, federais e Ongs⁸⁹ com objetivo de viabilizar recursos e projetos para sanar os problemas enfrentados até então pela comunidade.

É notório que a realidade dos moradores de Coqueiros mudou, percebemos que é uma comunidade marcada por fortes traços culturais como o reisado, o samba, os cultos católicos e uma forte predominância da religiosidade afro-brasileira. Após o reconhecimento os moradores passaram a se identificar como quilombolas. Contudo, no que se refere as intervenções do Estado para com as necessidades básicas comunidade está muito distante do ideal, pois ainda há uma demanda por melhorias de saúde, investimento na educação e na infraestrutura da comunidade.

Portanto a contribuição que essa pesquisa traz para historiografia contemporânea é ter um maior entendimento sobre as discussões a respeito das comunidades remanescente de quilombos, em especial a sua visibilidade a partir da promulgação da ATDC. Além de conhecer os aspectos históricos e culturais, as vivencias cotidianas através das relações de trabalho que são desenvolvidas dentro da comunidade. Dessa forma, esperamos que esta pesquisa possa ser utilizada como fonte em outras investigações acerca da comunidade. Assim, finalizamos esta pesquisa com a convicção de que Coqueiros ainda tem muito a nós dizer.

⁸⁹ Organizações não governamentais.

FONTES:**a) ORAIS**

Entrevistado: Antônio Joaquim dos Reis
Profissão: Lavrador
Idade: 81 anos
Data: 19/02/2013
Local: Coqueiros, Mirangaba-Ba

Entrevistado: Oliveira Francisco dos Santos
Profissão: Vereador
Idade: 38 anos
Data: 27/10/2012
Local: Coqueiros, Mirangaba-Ba

Entrevistado: Maria do Socorro dos Santos
Profissão: Lavradora
Idade: 29 anos
Data: 27/10/2012
Local: Coqueiros, Mirangaba-Ba

Entrevistado: Jardelino Pedro dos Santos
Profissão: Lavrador
Idade: 74 anos
Data: 27/10/2012
Local: Coqueiros, Mirangaba-Ba

Entrevistado: Maria Conceição
Profissão: Lavradora
Idade: 74 anos
Data: 27/10/2012
Local: Coqueiros, Mirangaba-Ba

Entrevistado: Daniel Santana Bento
Profissão: Agente de Saúde
Idade: 27 anos
Data: 20/02/2013
Local: Coqueiros, Mirangaba-Ba

Entrevistado: Maria Helena Patrícia dos Santos
Profissão: Lavradora
Idade: 53anos
Data: 27/10/2012
Local: Palmeira, Mirangaba-Ba

b) FONTES ESCRITAS

- Documentos Oficiais, como Escritura de Terra/1926;
- Carta escrita pelos moradores solicitando o reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo;
- Documentos da Fundação Cultural Palmares, como a Certidão de Auto reconhecimento;

c) FONTES ICONOGRÁFICAS

- Mapa;
- Tabela;
- Fotografia;
- Croqui

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabiane da Silva. **A FESTA DE REIS EM SANTO ANTONIO DE JESUS-BA: ENTRE O SAGRADO E O PROFANO?** IN: IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-BA. HISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS. Vitória da Conquista – BA, 2008. p. 2.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia**. 1. Ed. Salvador: Editora Cátedra–MEC, 1888.p. 121.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEBA). Seção: Colonial e Provincial, fundos: Juizes, Maço: 2430. Apud VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX. São Paulo: Annablume, 2009.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRAGA, Júlio. **Candomblé: Tradição e mudança**. Coleção Etno-Bahia. Salvador, 2006.

BOTELHO, Pedro. **Candomblé e praticas de cura**. IN: Na encruzilhada da tradição: os laços entre Zé Piqueno e pai Cely no candomblé em Vitória da Conquista. 2011.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo de Palmares**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Singularidades dos Quilombos**. IN: Clóvis Moura (Org.). Os quilombos na dinâmica social do brasil. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 15 – 16.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**; tradução de Maria de Lourdes revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982. p. 65.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332. p. 322.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 - 1910)**. Campina, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 63.

FRANÇOIS, In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 04.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 11ª. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e Identidade: a construção da Angola Colonial** (c. 1872-c. 1926) Lisboa: Centro de História de Lisboa, 2004. Apud. MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **VESTÍGIOS RECUPERADOS: Experiências da comunidade negra rural de Tijuacu – BA**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 30.

LE GOFF, Jacques, **1924, História e memória**, tradução Bernardo Leitão, Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990., 1. Historiografia. I. Título. p. 368.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 50.

MOURA, Glória. **“Os Quilombos Contemporâneos e a Educação”**. In: *Revistas Humanidades*, n. 47, novembro de 1999. Brasília: Editora UNB, 1999. p.100.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: insurreições, quilombos e guerrilhas**. São Paulo: Editora Edições Zumbi, 1959. p. 103.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Comunidades Quilombolas do Brasil: desafios e perspectivas**. In: *Revista Cordis*. Revoluções, Cultura e Política na América Latina, São Paulo, nº11, p. 253 – 279, jul./dez. 2013. p. 264.

_____. **A Vila de Santo Antônio de Jacobina no século XVIII: vivências e controle do poder**. Texto inédito. 2014.

_____. **VESTÍGIOS RECUPERADOS: Experiências da comunidade negra rural de Tijuacu – BA**. São Paulo: Annablume, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e Histórico do quilombo na África**. In: *Revista USP*. São Paulo (28):56-63. Dezembro/Fevereiro 95/96. p. 63.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história Oral diferente**. *Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997. p. 31.

_____. **Tentando Aprender um Pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. *Projeto História*, São Paulo, (15), abr. 1997. p. 16.

_____. **O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. In: AMADO, Janaína e

FERREIRA, Marieta Moraes (Coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: 8ª Ed. Editora da Fundação Cultural Getúlio Vargas, 2006.

PEREIRA, Raimundo Moraes. **Memória na Varanda: origens, histórias e estórias do município de Saúde**. 1. Ed. Saúde-Ba, 2004. p. 48

PRICE, Richard. **Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações**. Afro – Ásia. Salvador: EDUFBA, 2000, nº. 23.

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. In: *Revista USP*, São Paulo (28): 14-39, Dezembro/ Fevereiro 95/96 p. 16.

_____. **“Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806”**. In: João José reis e Flávio dos Santos Gomes (Org.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. p.332.

SILVA, Eduardo; REIS, João José; **NEGOCIAÇÃO E CONFLITO: a Resistência Negra no Brasil Escravista**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 67.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura: 1921-1988**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 11.